



Mudanças no critério de idade de admissão facilitará correção de distorções

Política educacional de 2005 está definida

DF-Educação

SECRETARIA ADMITIRÁ CRIANÇAS A PARTIR DOS SEIS ANOS DE IDADE PARA PERMITIR CORREÇÃO DA RELAÇÃO IDADE/SÉRIE, SEM REPROVAÇÃO

Marcelo Vieira

As novas políticas públicas da Secretaria de Educação para o ano que vem já estão definidas. Mudanças acontecerão na educação infantil e no ensino fundamental e novos programas de capacitação para os professores da rede pública serão iniciados a partir do primeiro semestre do ano que vem. Uma das principais mudanças será a possibilidade do ingresso do aluno no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade com o objetivo introduzi-lo mais cedo no ensino e, assim, ter-se mais tempo para corrigir a relação idade/série, segundo a subsecretária de Educação Pública, Eliana Ferrari. Hoje, os alunos

começam o ensino fundamental aos sete anos e terminam, em sua maioria, aos 14 anos de idade.

"A partir do ano que vem, não haverá reprovação para esses alunos nessas faixas etárias, pois queremos que eles permaneçam na escola, nas séries posteriores, com a base que será ganha nesse bloco metodológico. Com isso, não só o aluno continuará estudando, mas, aos poucos, conseguiremos corrigir as distorções idade/série, que existem graças às reprovações nas séries iniciais", explicou a subsecretária. Outra novidade para 2005 será o lançamento de uma parceria da Secretaria de Educação com o Banco de Brasília que permitirá o financiamento da compra de computadores para profes-

sores da rede pública de ensino. A subsecretária explica que a Codeplan está finalizando estudos de mercado para a escolha do tipo de computador a ser adquirido. "Não queremos onerar os professores com equipamentos caros. A Codeplan vai determinar um modelo que atenda às necessidades básicas de acesso à tecnologia da informação", disse Eliana Ferrari. O programa estará totalmente definido em outubro e a participação dos professores no programa não será obrigatória. O financiamento será feito com base em desconto em folha, a juros simbólicos, garante a subsecretária de educação pública. A Secretaria de Educação não tem estatísticas relativas ao número de professores com com-

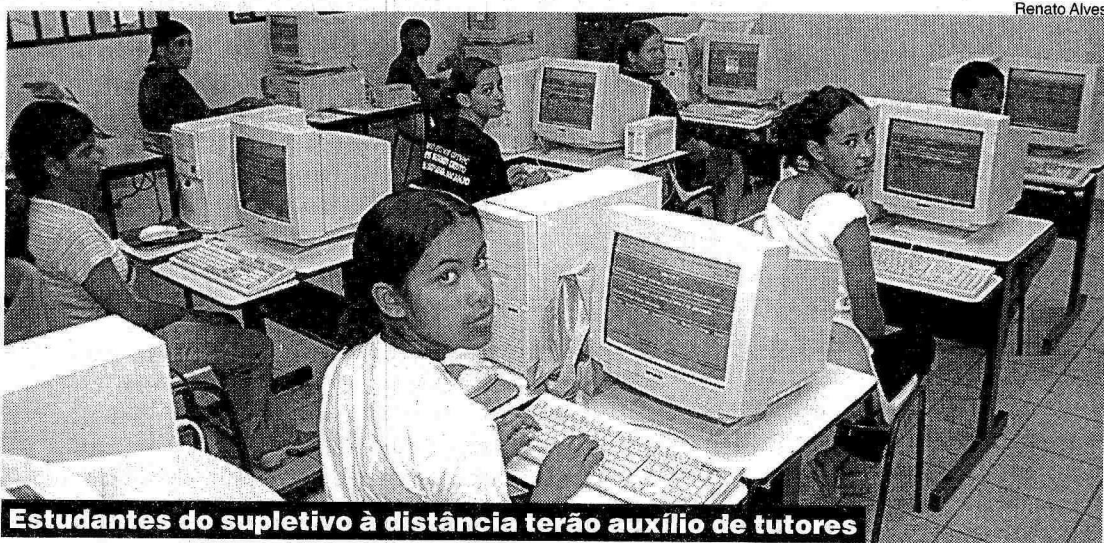
putador em casa, mas estima que não são muitos.

Os computadores também chegarão aos laboratórios das 600 escolas públicas da rede de ensino do Distrito Federal. A secretaria de Educação pretende que, até o final de 2006, possa completar a compra e entrega das máquinas nas escolas rurais e urbanas. Por enquanto apenas 135 escolas estão equipadas e até o final de setembro deste ano, mais 60 laboratórios ganharão computadores, totalizando 195 estabelecimentos. "O processo será gradual, mas conseguiremos atingir a nossa meta que é melhorar a qualidade do ensino nos laboratórios das escolas públicas do DF", disse Eliana Ferrari.

Ensino à distância é opção

Em 2005 o ensino à distância chegará aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de terminar o segundo grau. O Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul (Cesas) será a sede do novo sistema que utilizará tutores para auxiliar os futuros alunos. A Secretaria de Educação está treinando, durante neste mês de agosto, os 50 primeiros tutores que começarão a trabalhar a partir do primeiro semestre de 2005.

O curso de ensino à distância será permanente, sob a coordenação de cinco professores da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos. Serão oferecidas todas as disciplinas existentes no ensino básico regular: Português, Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, História e Geografia. Os próprios alunos é que determinarão seu horário de estudo, no ato da inscrição que será feita na sede do Cesas, na 602 Sul. Segundo a subsecretária de Edu-



Estudantes do supletivo à distância terão auxílio de tutores

cação Pública, o ensino à distância começa a funcionar a partir do início do primeiro do ano letivo de 2005.

Outra novidade no ensino público para o ano que vem será a aplicação do serviço de apoio à aprendizagem em sala de aula, e

não mais fora dela, como até então vem sendo feito. O serviço disponibiliza psicólogos, orientadores educacionais e pedagogos que são acionados pela direção das escolas, quando os professores percebem queda no rendimento escolar do aluno. "A partir do ano que

vem os alunos receberão esse auxílio em sala de aula e não mais em ambientes estranhos. Constatamos que quanto mais o aluno se sentir à vontade diante desses profissionais, melhores serão suas respostas ao atendimento", diz a subsecretária.